

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE/PR.

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 90/2020

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

RICOA MÁQUINAS E IMPLEMENTOS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 09.133.857/0001-54, sediada à Rua Luiz Camilo Camargo, nº 2.144, sala 09, Jardim Santana, Hortolândia /SP, CEP nº 13.184-535, neste ato representada por sua sócio proprietário Ricardo da Croce Agonicio, brasileiro, empresário, solteiro, devidamente inscrita no RG sob o nº 40.331.917-1 SSP/SP e no CPF sob nº 346.713.638-95 vem muito respeitosamente, à presença de Vossas Senhorias, com fundamento na Lei nº 8.666/1993, em especial nos artigos 41 e 43, apresentar IMPUGNAÇÃO AO EDITAL – anexo I - relação dos itens da licitação – kit tapa buraco - “Certificado SIL2”, do data book fornecido exclusivamente pela empresa Romanelli, bem como, sua cor padrão Branco Romanelli e item 13 – documentos e condições para habilitação – documentos complementares: - alínea C – Declaração forma, assinada pelo representante legal da empresa de que os equipamentos possuem Certificado SIL2 dos comandos hidráulicos, visando à comprovação da vedação IP 67/69 dos comandos hidráulicos do equipamento.”

DOS FATOS:

Inicialmente, esclarecemos que a presente Impugnação tem como base a Licitação nº 90/2020 do Município de Fazenda Rio Grande/PR.

O citado edital traz como exigência o certificado SIL2 no descritivo do edital – anexo I - relação dos itens da licitação – kit tapa buraco, do data book fornecido exclusivamente pela empresa Romanelli, bem como, sua cor padrão Branco Romanelli e item 13 – documentos e condições para habilitação – documentos complementares: - alínea C – Declaração forma, assinada pelo representante legal da empresa de que os equipamentos possuem Certificado SIL2 dos comandos hidráulicos, visando à comprovação da vedação IP 67/69 dos comandos hidráulicos do equipamento.

Tal certificação não é exigida pela norma brasileira que rege os fabricantes nacionais. Pode-se verificar que a certificação denominada como SIL (Safety Integrity Level) está de acordo com a norma de segurança EN/IEC 62061, tal norma é específica do setor dentro da IEC 61508.

A certificação é de origem estrangeira, apenas publicada em Diário Oficial da União Europeia, sem qualquer reprodução em normas ou regulamentações brasileiras.

As normas regulamentadoras nacionais têm caráter obrigatório para as empresas privadas, públicas e órgãos públicos da administração direta e indireta, como determina o dispositivo 1.1 da Norma Regulamentadora 1. Colaciona-se:

“1.1. As Normas Regulamentadoras - NR, relativas à segurança e medicina do trabalho, são de observância obrigatória pelas empresas privadas e públicas e pelos órgãos públicos da administração direta e indireta, bem

como pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. ”

Não se pode exigir a citada certificação pois, não está embasada nas Normas Regulamentadoras Brasileiras, e no caso em tela as medidas de segurança estão amparadas na NR 12 -Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos, pois trata-se de kit tapa buraco, estando devidamente descrito com a presença do data book fornecido exclusivamente pela empresa Romanelli e sua pintura classificada como cor padrão Branco Romanelli.

A Requerente possui máquinas com proteções das partes móveis e guarda-corpos, sendo desnecessária a utilização da SIL, pois eventual falha em sistema elétrico ou eletrônico não proporcionará riscos para o operador.

Sendo assim, em relação à exigência de apresentação pelas licitantes do CERTIFICADO SIL2, inobstante a certificação agregue confiabilidade para as empresas, as indústrias fabricantes do equipamento ora licitado não estão obrigadas pela legislação brasileira a obter o referido certificado para que as mesmas possam comercializar seus produtos e, assim sendo, fica entendido que o referido requisito somente tem o objetivo de restringir a participação de mais de um licitante no certame, ferindo o princípio da isonomia, impessoalidade, igualdade e julgamento objeto, todos elencados no artigo 3º da Lei nº 8.666/1993.

DOS FUNDAMENTOS LEGAIS:

Inicialmente, cabe colacionarmos o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal. Transcreve-se:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

A legalidade é aplicável a toda atividade administrativa, o que inclui o procedimento licitatório. No campo das licitações, o Princípio da Legalidade é fundamental, uma vez que todas as fases do procedimento licitatório se encontram rigorosamente estabelecidas na lei. Todos os participantes do certame têm direito à fiel observância do procedimento disposto na lei (artigo 4º da Lei nº 8.666/1993).

De outro modo, o Princípio da Isonomia faz referência acerca da obrigação que a Administração Pública possui de tratar, de forma idêntica, todos os licitantes que se encontrem na mesma situação jurídica.

A isonomia garante a oportunidade de participar da licitação em igualdade a todos que tenham condições de cumprir o futuro contrato e proíbe discriminações injustificadas. Nesse sentido trata o artigo 3º, inciso I da Lei 8.666/93. Veja-se:

“Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do

desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991”.

Como aplicação do Princípio da Igualdade, o artigo 3º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993 veda aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação (edital ou convite), cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, o que está legalmente proibida é a estipulação de discriminações injustificadas, desarrazoadas, porque estas ferem o princípio da igualdade.

No caso em discussão não há qualquer justificativa para a exigência da certificação SIL 2, fato que não encontra amparo em nenhuma norma nacional de fabricação, onde, mais uma vez, é notória o direcionamento da licitação, em virtude da presença do data book fornecido exclusivamente pela empresa Romanelli, bem como, sua cor padrão Branco Romanelli.

O que vemos é o pleito de certificação SIL 2 apenas para diminuir a possibilidade de concorrência, em descompasso com o caráter competitivo, na citada licitação em total afronto aos princípios da isonomia, igualdade, impessoalidade e legalidade.

Devemos esclarecer que é possível a indicação na licitação de determinada marca de produto, quando a opção for justificada por fatores de ordem técnica, o que não se pode prever no caso em tela.

A ausência de fundamentação para exigência técnica leva à nulidade de tal exigência ou da licitação, vejamos os julgados:

“REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. ATESTADO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA. INEXIGIBILIDADE. OFENSA AO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME. Comprovado por meio de documentação idônea a capacidade técnica para realização do serviço (fornecimento de material e mão-de-obra), a exigência do edital de documentação específica vai além do que previsto na Lei 8.666 /93, ferindo o caráter competitivo do certame. SENTENÇA CONFIRMADA EM REEXAME NECESSÁRIO. (Reexame Necessário Nº 70059240036, Vigésima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marcelo Bandeira Pereira, Julgado em 11/06/2014)

“Ementa: REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA. EXIGÊNCIA DE AVERBAÇÃO DE EM CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTO LEGAL. RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME. INABILITAÇÃO INDEVIDA DE EMPRESA

PARTICIPANTE. NULIDADE DA LICITAÇÃO E DA RESPECTIVA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. DETERMINAÇÕES. Constitui restrição indevida ao caráter competitivo da licitação a exigência, para fins de habilitação da licitante, de averbação de atestado de capacidade técnica em entidade de fiscalização profissional, sem que a lei estabeleça mecanismo pelo qual a referida entidade possa manter registro sobre cada trabalho desempenhado por seus afiliados, de modo a verificar a fidedignidade da declaração prestada por terceiro” (TCU 02004420142 – publicado em 10/06/2015)

“ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS. CLÁUSULA 2.1 E PREVISÃO DE DESTINAÇÃO FINAL FORA DO MUNICÍPIO DE TERRA DE AREIA. RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME. ARTIGO 3.º, § 1.º, I, LEI N.º 8.666 /93. ILEGALIDADE. Afigura-se ilegal a cláusula 2.1 do edital, na parte em que prevê a destinação final dos resíduos sólidos fora do Município de Terra de Areia, a inviabilizar, sem qualquer justificativa plausível para tanto, a participação da empresa apelante no processo” (TJ-RS - Apelação Cível AC 70045846698 RS - publicado 18/01/2012)

Pode-se verificar que a certificação SIL (Safety Integrity Level) está de acordo apenas EN/IEC 62061, que é de origem estrangeira, apenas foi publicada no Diário Oficial da União Europeia, sem qualquer reprodução em normas ou regulamentações brasileiras. Colaciona-se:

“Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:

§ 5º É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.”

Novamente, o artigo 7º, inciso I, parágrafo § 5º impede a realização da Licitação, cujo objeto abranja características e especificações exclusivas, fato presente no caso em questão, uma vez que se tem presente na pintura e no databook discriminações únicas da empresa Romanelli.

Não se pode exigir a citada certificação pois não está embasada nas Normas Regulamentadoras Brasileiras, e no caso em tela as medidas de segurança estão amparadas na NR 12 -Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos, como bem trata a NR 12.

Portanto, por violação ao caráter competitivo das licitações e aos princípios da isonomia, impessoalidade, igualdade e julgamento objeto requer que a exigência do certificado SIL2 tratada no descritivo do edital – anexo I - relação dos itens da licitação - kit tapa buraco - “Certificado SIL2”, do data book fornecido exclusivamente pela empresa Romanelli, bem como, sua cor padrão Branco Romanelli, seja tratada como nula para o prosseguimento da LICITAÇÃO Nº. 90/2020 do Município de Fazenda Rio Grande/PR.

DOS REQUERIMENTOS:

Ante o exposto, requer a Vossa Senhoria a Procedência do pedido para:

a. Por violação ao caráter competitivo das licitações e aos princípios da isonomia, impessoalidade, igualdade e julgamento objeto, requer que a exigência do certificado SIL2, do data book fornecido exclusivamente pela empresa Romanelli, bem como, sua cor padrão Branco Romanelli, tratados no descritivo do edital - anexo I - relação dos itens da licitação - kit tapa buraco, seja tratada como nula para o prosseguimento da LICITAÇÃO Nº. 90/2020 do Município de Fazenda Rio Grande/PR, conforme tratado e fundamento acima e que seja o impugnante entendido como habilitado tecnicamente para participar da concorrência de tal licitação.

Termos que,

Pede deferimento.

Fazenda Rio Grande, 21 de agosto de 2020.



RICOA MAQUINAS E IMPLEMENTOS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI – EPP